
QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

Jean Robert Soares ¹
Fabiano Maury Raupp ²
Rafael Tezza ³

▪ Artigo recebido em: 22/03/2021 ▪ Artigo aceito em: 04/08/2021 ▪▪ Segunda versão aceita em: 29/10/2021

RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar a qualidade dos gastos públicos dos municípios catarinenses. A população da pesquisa compreende os 295 municípios do Estado de Santa Catarina. A pesquisa é descritiva, realizada por meio de estudo bibliográfico e documental, com abordagem quantitativa, sendo propostas três hipóteses. A coleta dos dados ocorreu em duas fontes. A primeira, referente aos indicadores de resultado realizou-se em instrumento preexistente Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável, desenvolvido pela Federação Catarinense de Municípios. Na segunda, a coleta dos dados foi realizada em documentos de prestação de contas dos municípios disponíveis no portal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Conclui-se pela elevada quantidade de municípios com IQGP inferior a 1,000 em diversas funções analisadas. Tais valores representam que esses municípios não conseguiram obter um retorno proporcional, medido em unidades de bem-estar, a partir das despesas realizadas na função, mensuradas em unidades de insumo. É evidente que cada município tem sua realidade e contextos social, econômico e político, distintos.

¹ Mestre em Administração (UDESC). Endereço: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG). Av. Madre Benvenuta, 2.037- Itacorubi - CEP 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil. Telefone: (48) 3664-8254. E-mail: jota.soares@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7430-6518>

² Doutor em Administração (UFBA). Professor Associado do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Endereço: Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. Av. Madre Benvenuta, 2.037- Itacorubi - CEP 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil. Telefone: (48) 3664-8254. E-mail: fabianoraupp@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9533-2574>

³ Doutor em Engenharia de Produção (UFSC). Professor Associado do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Endereço: Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas. Av. Madre Benvenuta, 2.037- Itacorubi - CEP 88035-001, Florianópolis, SC, Brasil. Telefone: (48) 3664-8254. E-mail: rafael.tezza@udesc.br
<https://orcid.org/0000-0002-6539-4608>

Editor responsável pela aprovação do artigo: Dr. João Estevão Barbosa Neto
Editora responsável pela edição do artigo: Dr^a. Bruna Camargos Avelino

Palavras-Chave: Qualidade. Gasto público. Municípios.

QUALITY OF PUBLIC SPENDING IN THE COUNTIES OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

The article aims to identify the quality of public spending in the counties of Santa Catarina. The research population comprises the 295 counties in the State of Santa Catarina. The research is descriptive, carried out through a bibliographic and documentary study, with a quantitative approach, with three hypotheses being proposed. Data collection took place from two sources. The first, referring to the result indicators, was carried out in a pre-existing instrument for the Sustainable County Development Indicators System, developed by the Catarinense Federation of Counties. In the second, data collection was carried out on accountability documents of the counties available on the website of the Court of Accounts of the State of Santa Catarina. It concludes by the high number of counties with IQGP below 1,000 in several analyzed functions. Such values represent that these counties were not able to obtain a proportional return, measured in welfare units, from the expenses incurred in the function, measured in input units. It is evident that each county has its own reality and different social, economic and political contexts.

Keywords: Quality. Public spending. Counties.

1 INTRODUÇÃO

O alerta sobre a insustentabilidade das contas públicas nacionais é recorrente (Rezende & Afonso, 1988; Afonso & Senra, 1994; Meirelles, 2002). Não só a má gestão de recursos (Diaz, 2012), mas a incongruência entre as receitas próprias e as competências relativas aos governos locais (Kerbauy, 2001) exigidas na Constituição Federal de 1988 também impactam diretamente na qualidade dos serviços públicos prestados pelos municípios. Trata-se de um contexto cujas características, aliadas às fragilidades das capacidades das gestões municipais (Grin *et al.*, 2018), resultam na falta de recursos necessários para a prestação de serviços públicos de qualidade.

Com o novo arranjo institucional promovido pela descentralização, redemocratização e federalização, um assunto que ganhou destaque na literatura nacional foi a qualidade do gasto público incorrido pelos governos locais. Alguns estudos se dedicaram a pesquisar a eficiência do gasto público em relação à melhoria dos indicadores de desenvolvimento e crescimento econômico (Marques Junior, Oliveira & Jacinto, 2006; Bogoni, Hein & Beuren, 2011; Costa *et al.*, 2012). Os autores convergem no sentido de que a maneira como o governo local aplica os recursos condiciona os índices de desenvolvimento da região estudada.

É um contexto em que os governos locais começaram a ter parcela significativamente maior de responsabilidade em utilizar seus recursos para prover bens e serviços públicos de qualidade que certamente influenciam na

produtividade e desenvolvimento do setor privado e na qualidade de vida nos municípios (Bogoni, Hein & Beuren, 2011). A aplicação eficiente das receitas, de modo a evitar desperdícios, trazendo resultados que promovessem uma melhoria de qualidade de vida dos munícipes, passou a ter maior relevância na literatura nacional.

Os estados e municípios brasileiros com maiores competências recebem, após a implementação da Constituição Federal de 1988, mais recursos financeiros via transferências intergovernamentais para arcarem com a provisão de serviços públicos, como saúde e educação básica. De acordo com Afonso e Senra (1994), no caso dos municípios, as receitas disponíveis passaram de 9% para 15% entre 1980 e 1994, entretanto a geração de receitas próprias destes entes passou de 3% para apenas 5% no mesmo período. Tais entes tornaram-se importantes atores responsáveis pela administração e suprimento das instituições públicas para a qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com dados de 5.109 municípios da Secretaria do Tesouro Nacional, o montante total de receitas dos municípios em 1998 era de R\$ 52,1 bilhões e alcançou R\$ 573,1 bilhões em 2017 (STN, 2008; STN, 2018). No entanto, a dívida dos municípios que era de R\$ 17,8 bilhões em 1998 chegou a R\$ 122,8 bilhões em 2017 (STN, 2018). Mesmo com montantes expressivamente maiores de receitas, os municípios enfrentam dificuldades em controlar suas dívidas, o que incide impacta na prestação de serviços públicos de qualidade e na capacidade de investimento em melhorias na infraestrutura local.

Considerando o cenário de forte dependência de transferências intergovernamentais dos municípios para custearem suas despesas, torna-se imperativo analisar os gastos realizados por municípios que apresentam bons indicadores de resultados socioeconômicos e de gestão, como é o caso dos municípios do Estado de Santa Catarina (IPEA; FJP; PNUD, 2013; FIRJAN, 2018; TCE-SC, 2018). Neste contexto, e tomando por base os municípios catarinenses, surge a questão chave que norteia esta pesquisa: Qual a qualidade do gasto público dos municípios catarinenses? Para tanto o artigo tem como objetivo identificar a qualidade dos gastos públicos dos municípios catarinenses.

Esta pesquisa busca contribuir com a lacuna teórico-empírica evidenciada em Soares e Raupp (2020). Os autores discriminaram lacunas específicas que poderiam ser exploradas por pesquisas futuras, como é o caso de os estudos anteriores terem dado amplo foco às classificações funcionais de gastos de educação e saúde. Neste ponto, o estudo em tela, além de ampliar a amostra ao considerar a totalidade de municípios do Estado, utiliza uma perspectiva de gastos em múltiplas funções de governo municipal e os relaciona a indicadores compostos por diversas variáveis compiladas, para, com seus resultados, ampliar o entendimento e possibilidades de discussões sobre o tema. O estudo proporciona avanços em relação à pesquisa publicada por Soares, Raupp e Tezza (2019) pois, no que se refere ao desenvolvimento no tempo, enquanto este autores trabalharam com o ano de 2017, para dar maior consistência aos resultados nesta pesquisa foi utilizada a abordagem longitudinal com dados do período compreendido entre os anos de 2012 e 2018.

Analisar os resultados alcançados decorrentes dos gastos realizados pelos municípios faz-se pertinente e pode contribuir, em termos gerenciais, para alinhar as novas necessidades de prestação de serviços às capacidades financeiras de

cada município. Além de trazer um diagnóstico situacional da qualidade do gasto público nos municípios investigados, demonstra a aplicação de indicadores (Índice de Bem-Estar, Índice de Insumo, Índice de Qualidade do Gasto público) em municípios de portes populacionais distintos e em diferentes funções de governo municipal, o que pode encorajar o monitoramento da qualidade do gasto público por gestores de municípios brasileiros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para Afonso *et al.* (2005) existem quatro principais canais pelos quais as finanças públicas podem influenciar o crescimento econômico: na estrutura institucional, no sistema de impostos, na estabilidade macroeconômica e nos gastos do governo. Cada um destes tem aspectos essenciais para propiciar uma alta qualidade das finanças públicas e, conseqüentemente, do gasto público (Afonso *et al.*, 2005).

A qualidade do gasto público, segundo Busatto (2011), pode ser analisada sob diferentes perspectivas e sua relevância é destacada pelo importante papel que o setor público exerce sobre a economia, interferindo, de maneira positiva ou não, nos processos de desenvolvimento econômico e, principalmente, na vida dos cidadãos. Para o autor a qualidade do gasto público é “uma mescla de orçamento bem distribuído e aplicação e políticas públicas inteligentes que afetam as vidas das pessoas” e “depende de duas dimensões que precisam ser abordadas por diferentes métodos – a composição do gasto e a efetividade das políticas (Idem, p. 10).”

O tipo de gasto e sua composição (Cândido Junior, 2001; Paternostro, Rajaram & Tiongson, 2007; Busatto, 2011), não apenas o seu montante, afetam a sua produtividade, portanto, avaliações podem indicar que diferentes alocações de recursos podem produzir resultados satisfatórios, como transformar gastos públicos improdutivos em produtivos ou ineficientes em eficientes. Para Paiva (2006, p. 343) “a discussão da qualidade dos gastos públicos não pode prescindir da avaliação atenta das políticas públicas por eles financiadas – razão por que temas da qualidade do gasto e de avaliação das políticas estão intimamente conectados”. Isso demonstra, de certa maneira, que compreender a qualidade do gasto público é tarefa complexa e precisa ser feita com cautela (Afonso, Schuknecht & Tanzi, 2006; Busatto, 2011).

Paternostro, Rajaram e Tiongson (2007) argumentam que uma relação simplista da conexão entre *inputs* (gastos) e os *outcomes* (resultados) é uma fraqueza da literatura. Sem uma fundamental discussão da relação entre as políticas de gasto público e seus efeitos diretos e indiretos no curto e longo prazo, a conexão entre *inputs* e *outcomes* é feita apenas subjetivamente, o que pode ser considerado metodologicamente fraco (Paternostro, Rajaram & Tiongson, 2007; Gemmel, Kneller & Sanz, 2009). Esse talvez seja um dos motivos para que os termos qualidade e eficiência, quando se referem ao gasto público, sejam comumente utilizados para os mesmos objetivos, embora possa tratar-se de abordagens fundamentalmente distintas.

Quando se trata da produção de bens de modo geral, a eficiência se baseia na relação de quantidade de insumos e produtos e requer estimativa de custos, estimativa de produtos, e uma comparação entre os dois (Rezende &

Afonso, 1988; Afonso, Schuknecht & Tanzi, 2006). Quando se trata de produção de bens públicos existem outros empecilhos como a mensuração de custos na atividade pública, a distinção entre objetivos do governo e de empresas, e o fato de que o governo deve decidir além do quanto produzir, o que e como produzir para gerar benefício à população (Afonso *et al.*, 2005; Mattos & Terra, 2015).

A análise empírica da eficiência de gastos públicos pode facilitar a comparação de resultados individuais com os de outros grupos e fornecer subsídio para adequação técnica ou alocativa dos recursos. Afonso, Schuknecht e Tanzi (2006) compararam o Brasil com 24 países em desenvolvimento de diferentes continentes e realidades econômicas e sociais. Neste estudo, o nível de eficiência do gasto público brasileiro aparece como terceiro pior. Seguindo essa linha, Ribeiro (2008) fez uma análise comparativa do desempenho e da eficiência do setor público em 17 países da América Latina e os resultados foram preocupantes: o Brasil está na média em termos de avaliação dos serviços públicos, e abaixo dela quanto à eficiência do gasto. Uma das possíveis causas, segundo o autor, refere-se ao montante elevado de despesas gerais do governo.

Não se trata de tarefa simples analisar os impactos dos gastos públicos, inclusive aqueles realizados pelos governos locais. No caso do Brasil, a reforma descentralizadora e a Constituição de 1988, ao ampliar as responsabilidades dos governos estaduais e municipais desconsiderou, pelo menos em parte, a importância das acentuadas disparidades sociais e econômicas entre os estados, incluindo regiões internas do mesmo estado, e entre municípios vizinhos (Kerbauy, 2001).

Quando se recorre à literatura, segundo Soares e Raupp (2020) há uma predominância de estudos quantitativos que abordam gastos dos municípios em funções individuais do governo, especialmente saúde e educação. Trata-se, de maneira geral, de aspectos específicos de pequenas regiões ou estudos de caso focados nos gastos de pequenas quantidades de unidades de análise. Essa característica dificulta a análise comparativa e indicações de padrões de boas práticas realizados por municípios com boa gestão de seus recursos, que poderiam ser reproduzidos por aqueles com dificuldades financeiras (Soares & Raupp, 2020).

Num cenário recente, as pesquisas com a temática do gasto público municipal englobam perspectivas distintas e têm abordagens que variam conforme os objetivos e metodologias de cada uma. Os enfoques ou concepções principais são múltiplos conforme pode-se observar por meio da Figura 1. No entanto, quando se trata de gastos públicos dos municípios percebe-se uma predominância da orientação das pesquisas em análises de eficiência dos gastos e dos investimentos realizados pelos municípios brasileiros (Soares & Raupp, 2020).

Enfoques	Autores
Influência dos ciclos políticos nos gastos públicos	Carvalho e Oliveira (2009), Klein (2010), Cavalcante (2017), Dias, Nossa e Monte-Mor (2018)
Gastos públicos e crescimento econômico local	Fernandes e Fernandes (2017), Degenhart, Vogt e Zonatto (2016)
Custos do setor público	Crozatti (2013), Borinelli <i>et al.</i> (2014), Couto <i>et al.</i> (2017), Mauss, Diehl e Bleil (2015), Libertun e Guerrero (2017)
Desempenho de gestão	Lima e Santos (2009), Souza, Marengo e Almeida (2014)
Indicadores de desempenho e gastos públicos municipais	Zucatto <i>et al.</i> (2009), Macedo, Cruz e Ferreira (2011), Santos Filho, Dias Filho e Fernandes (2012), Mariani <i>et al.</i> (2014), Silva e Borges (2015), Bezerra e Carvalho (2018), Correio e Correio (2019)
Finanças públicas e governos locais	Zuccolotto, Abrantes e Ribeiro (2009), Leite, Lima e Vasconcelos (2012), Volpe (2013), Gomes, Alfinito e Albuquerque (2013), Araujo e Siqueira (2016), Cruz <i>et al.</i> (2019)
Sustentabilidade financeira	Scatena, Viana e Tanaka (2009), Macedo, Ferreira e Cípola (2011)
Transparência e <i>accountability</i>	Marengo e Diehl (2011), Avelino, Bressan e Cunha (2013), Silva <i>et al.</i> (2019)
Eficiência dos gastos públicos	Mattos, Rocha e Arvate (2011), Rosano-Peña, Albuquerque e Marcio (2012), Diniz, Macedo e Corrar (2012), Varela e Pacheco (2012), Medeiros <i>et al.</i> (2013), Silva <i>et al.</i> (2015), Rodrigues (2015), Santos, Freitas e Flach (2015), Souza, Andrade e Silva (2015), Mazon, Mascarenhas e Dallabrida (2015), Dal Magro e Silva (2016), Ázara, Pessanha e Barbosa Neto (2017), Cabral <i>et al.</i> (2017), Pereira, Vieira e Madkur (2018), Firmino e Leite Filho (2019), Santos e Rover (2019)

Figura 1 - Enfoque das pesquisas recentes sobre gastos públicos municipais
 Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Ainda é possível agrupar as pesquisas relacionadas por funções de governo utilizadas. Por exemplo, as pesquisas de Zucatto *et al.* (2009), Queiroz *et al.* (2011), Rosano-Peña, Albuquerque e Marcio (2012), Diaz (2012), Crozatti (2013), Medeiros *et al.* (2013), Volpe (2013), Borinelli *et al.* (2014), Rodrigues (2015), Santos, Freitas e Flach (2015), Silva *et al.* (2015), Souza, Andrade e Silva (2015), Dal Magro e Silva (2016), Araujo e Siqueira (2016), Nascimento, Machado e Scarpin (2016), Lopo Martinez e Reis (2016), Lourenço *et al.* (2017), Ázara, Pessanha e Barbosa Neto (2017), Pereira, Vieira e Madkur (2018), Silva *et al.* (2018), Bezerra *et al.* (2018), Firmino e Leite Filho (2019), Cruz *et al.* (2019) e Correio e Correio (2019), concentram-se apenas na análise da aplicação dos recursos em educação. As pesquisas de Scatena, Viana e Tanaka (2009), Varela e Pacheco (2012), Leite, Lima e Vasconcelos (2012), Espírito Santo, Fernando e Bezerra (2012) Queiroz *et al.* (2013), Politelo, Rigo e Hein (2014) e Mazon, Mascarenhas e Dallabrida (2015), Soares *et al.* (2016), Cabral *et al.* (2017), Mattiazi *et al.* (2017) e Coelho (2018) enfatizam as análises na função de saúde.

Merecem destaque os trabalhos de Politelo, Rigo e Hein (2014), Mazon, Mascarenhas e Dallabrida (2015), Santos, Freitas e Flach (2015) e Silva *et al.* (2017), pois também tiveram como objeto de estudo os municípios de Santa Catarina. Tais estudos demonstraram, de maneira geral, que maiores gastos *per capita* não implicam necessariamente em maior eficiência do gasto, bem como maiores

quantidades de recursos dos municípios não acarretam maior desenvolvimento local.

Politelo, Rigo e Hein (2014) analisaram a aplicação de recursos, especificamente da saúde, em 163 dos 295 municípios de Santa Catarina. Entre os resultados dessa pesquisa estão que apenas 28% dos municípios analisados foram considerados eficientes. Apesar de a maioria dos municípios analisados apresentarem índices superiores à média do Estado, existe diferença significativa nos escores de eficiência entre os municípios, indicando que há possibilidade de melhoria, principalmente através de orientação e adequação das cidades não eficientes (Politelo, Rigo & Hein, 2014).

Mazon, Mascarenhas, Dallabrida (2015) analisaram a alocação eficiente de recursos dos 7 municípios, da 25ª Região de Saúde de Santa Catarina, especificamente na saúde, no ano de 2010. A região investiu percentuais de sua receita em saúde superior às médias do Estado, porém não obteve redução nos indicadores gerais de mortalidade, o que pode indicar ineficiência técnica nos municípios (Mazon, Mascarenhas & Dallabrida, 2015)

Santos, Freitas e Flach (2015) avaliaram a eficiência dos gastos públicos de 277 municípios catarinenses com educação no ano de 2010. Os autores concluíram que maior bem-estar geral da população, bem como uma maior densidade demográfica, tendem a gerar uma maior eficiência quanto a aplicação dos recursos na educação. A sugestão é de que municípios mais densamente povoados tendem a ter uma demanda maior por educação sem que haja, impreterivelmente, uma aplicação de maiores montantes de recursos, o que obriga os municípios a serem mais eficientes (Santos, Freitas & Flach, 2015).

Silva *et al.* (2017) analisaram a relação entre os repasses governamentais e o desenvolvimento (IFDM) de 293 municípios catarinenses no período entre 2008 e 2011. De acordo com os autores há uma relação entre os recursos recebidos pelos municípios e o desenvolvimento municipal, entretanto, alguns municípios com maior arrecadação não apresentaram os melhores índices de desenvolvimento, o que evidenciou que os municípios com maiores recursos não têm, necessariamente, melhores índices de desenvolvimento. A presente pesquisa diferencia-se das supracitadas que possuem o mesmo objeto de investigação, essencialmente, no sentido de ampliar as funções do gasto público analisadas, utilizar um período de observações maior, de 2012 a 2018, e englobar a totalidade dos 295 municípios catarinenses. Apoiadas em pesquisas anteriores (Araújo, Gonçalves & Machado, 2017; Machado & Guim, 2017; Mazon, Freitas & Colussi, 2021), as hipóteses discriminadas foram formuladas de modo que os índices e despesas seriam diferentes entre os grupos de municípios de portes populacionais distintos. Para a pesquisa em tela propõe-se as seguintes hipóteses:

- H₁: o Índice de Bem-Estar é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada;
- H₂: a despesa *per capita* é diferente entre os grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada;
- H₃: o Índice de Qualidade do Gasto Público é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O objeto da pesquisa diz respeito aos 295 municípios do Estado de Santa Catarina. Aproximadamente 35,9% dos municípios têm população de até 5.000 habitantes, e do total, 77,3% dos municípios possuem população inferior a 20.000 habitantes (IBGE, 2018). Os municípios Balneário Rincão e Pescaria Brava foram excluídos da pesquisa por terem sido criados recentemente e não estarem devidamente inseridos no sistema de indicadores utilizado onde parcela fundamental dos dados foram coletados. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, realizada por meio de pesquisas bibliográfica e documental, com abordagem essencialmente quantitativa.

No que se refere ao desenvolvimento no tempo, para dar maior consistência aos resultados, nesta pesquisa foi utilizada a abordagem longitudinal com dados do período compreendido entre os anos de 2012 e 2018. A escolha deste período é resultado de uma análise prévia a respeito da disponibilidade de dados dos indicadores que refletem o desenvolvimento municipal sustentável dos municípios catarinenses. O período proposto para a pesquisa coincide com a existência do instrumento pretendido para a coleta dos indicadores (FECAM, 2018) que reúne e agrupa diversas fontes de dados primários, de modo que as análises das informações sejam feitas numa perspectiva diacrônica, utilizando as variações longitudinais e de evolução histórica. A coleta dos dados ocorreu em duas fontes distintas, conforme Figura 2.

Variáveis	Fonte de dados	Hipóteses
Índices de Bem-Estar – IBE	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável – SIDEMS, desenvolvido pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Os dados foram coletados no portal do SIDEMS (indicadores.fecam.org.br), em novembro de 2019	H ₁
Despesa <i>per capita</i>	Prestação de contas dos municípios encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE-SC, relativos aos anos de 2012, 2014, 2016 e 2018. Esses documentos estão disponíveis para amplo acesso através do “Portal do Cidadão” (http://portaldocidadao.tce.sc.gov.br/homesic.php)	H ₂

Figura 2 - Variáveis, fontes de dados e hipóteses

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os dados foram analisados utilizando-se de técnicas de estatística descritiva para descrever e organizar as características dos objetos de estudo (Singh, 2007). Para testar as hipóteses H₁ e H₂ utilizou-se o teste não paramétrico Kruskal-Wallis, uma vez que os dados não apresentaram normalidade, segundo teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov. O nível de significância considerado foi 5%, como é o padrão utilizado em pesquisas de ciências sociais aplicadas.

Os dados coletados referentes às despesas realizadas foram divididos pela população do município em cada ano, obtendo a despesa *per capita* de cada município em cada função de governo. Isso foi feito para evitar que municípios com porte populacional maior ficasse com valores desproporcionais em relação aos de menor porte, visto que municípios com maior população têm, notadamente, receitas e despesas maiores. O procedimento seguido foi semelhante para a comparação entre grupos da fase anterior e a hipótese de

pesquisa testada através do teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis (Singh, 2007) foi H_2 . O nível de significância considerado também foi 5%.

Posteriormente houve um tratamento dos resultados das despesas *per capita* através do cálculo de *escore* padronizado utilizando a função distribuição acumulada normal, de maneira similar ao proposto por Brunet, Bertê e Borges (2008). Essa técnica é útil para comparar os valores individuais obtidos das unidades em relação a variação dos valores obtidos entre o grupo no mesmo período de análise (Brunet, Bertê & Borges, 2008). O *escore* padronizado via função distribuição acumulada normal, utilizada nesta pesquisa, dispõe que o valor resultante do Índice de Insumo de cada município, em cada função, é o valor obtido individualmente da despesa *per capita* do município subtraído do valor médio da despesa *per capita* da amostra e dividido pelo desvio padrão das despesas *per capita* da amostra, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Índice de Insumo} = \frac{\left(\frac{\text{DespesaTotal}}{\text{População}}\right) - md}{\sigma}$$

Onde “md” é a média da despesa e “ σ ” é o desvio padrão das despesas realizadas na função. Este procedimento transformou os valores individuais anteriormente coletados das despesas *per capita* em índices, denominados nesta pesquisa de Índices de Insumo. Assim, os valores resultantes dos Índices de Insumo também variam entre zero e um, onde quanto mais próximos de zero, menor a despesa realizada, e quanto mais próximo de um, maior a despesa realizada, dentro do grupo, no período determinado.

Os municípios foram agrupados conforme o seu porte populacional, de acordo com a Tabela 1, e os valores dos seus índices individuais são comparados dentro do mesmo grupo. A classificação do porte populacional dos municípios utilizada foi a do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE (2018). Como o único município com população superior a 500.000 habitantes e, portanto, classificada como “muito grande”, é Joinville, este município foi alocado no grupo dos municípios de porte grande para fins de padronização das despesas realizadas e das análises comparadas entre os grupos de município de porte populacional similar.

Tabela 1

Quantitativo de municípios do estado de Santa Catarina por porte populacional

Porte (habitantes)	Quantidade de municípios	Relativo (%)
Muito grande (superior a 500.000)	1	0,34
Grande (de 100.001 a 500.000)	12	4,10
Médio II (de 50.001 até 100.000)	16	5,46
Médio I (de 20.001 até 50.000)	38	12,96
Pequeno III (de 10.001 até 20.000)	61	20,82
Pequeno II (de 5.001 a 10.000)	60	20,48
Pequeno I (Inferior a 5.000)	105	35,84
Total	293	100

Fonte: IBGE (2018).

O Índice de Qualidade de Gasto Público foi elaborado a partir da relação entre os Índices de Bem-Estar, obtido dos indicadores do IDMS, e os Índices de Insumo, obtidos da padronização da despesa *per capita* de cada município, em cada função. O Índice de Qualidade de Gasto Público, assim construído, permite classificar e analisar o desempenho das unidades observadas particularmente, comparativamente aos resultados obtidos pelas demais, mais do que o seu desempenho individual (Brunet, Bertê & Borges, 2008). Os valores dos índices variam entre zero e um. Assim, um IQGP igual a um (1,000) significa um equilíbrio entre o que foi dispendido e o nível de bem-estar naquela função. Se o IQGP for menor que um, indica que a qualidade do gasto está aquém de sua capacidade. Para os casos em que o IQGP é maior que um, há indicação de que o gasto foi realizado com maior qualidade e eficiência. Para tanto, o estudo avança no olhar da qualidade e eficiência para além das classificações funcionais de gastos de educação e saúde, sendo estas foco recorrente dos estudos. Além disso, buscou-se trabalhar com a totalidade de municípios de um Estado, em uma abordagem longitudinal com o período compreendido entre os anos de 2012 e 2018 para dar maior consistência aos dados.

Na etapa de análise dos resultados do IQGP constatou-se a presença de diversos valores que eram desproporcionais aos demais, influenciados por valores de Índices de Insumo muito baixos. Para evitar que resultados desproporcionais, optou-se pela exclusão dos municípios com valores de IQGP considerados *outliers*. Os *outliers* em cada caso foram definidos a partir da regra do intervalo interquartil para *outliers*. Os *outliers* em cada caso foram definidos a partir da regra do intervalo interquartil para *outliers*. De maneira simples, primeiro calculou-se o intervalo interquartil – IQR, ou seja, subtraiu-se o primeiro quartil do terceiro quartil. Depois multiplicou-se o intervalo interquartil por 1,5. Assim, subtraiu-se o valor resultante do primeiro quartil para encontrar o limite inferior e os possíveis valores *outliers* menores que o limite inferior. De maneira análoga, adiciona-se o valor resultante do terceiro quartil para encontrar o limite superior e os possíveis *outliers* maiores que o limite superior. Como no caso do IQGP os valores *outliers* eram integralmente mais altos, definiu-se o limite superior a partir da regra do intervalo interquartil, e desconsiderou-se os valores acima desse limite. Todos os *outliers* e os limites superiores foram devidamente identificados nas análises dos resultados de cada função. Com a finalidade de analisar os dados e testar a H_3 , foram utilizados os mesmos procedimentos das duas fases anteriores. A normalidade dos dados também foi testada e os resultados obtidos não indicaram uma distribuição normal dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Índice de Bem-Estar

Os Índices de Bem-Estar – IBE buscam caracterizar a realidade das dimensões analisadas nos municípios, por meio de seus indicadores e variáveis, coletados e parametrizados pela própria Federação Catarinense de Municípios. Como trata-se de dados integrados entre diversas fontes primárias de informação, têm-se que esses índices primam pela veracidade de suas informações e servem como mecanismo de planejamento governamental, controle social e gerencial, bem como acompanhamento dos resultados das políticas públicas dos municípios. Os IBE podem auxiliar na identificação de áreas

específicas de cada município que precisam de maior atenção dos gestores públicos para alcançarem melhores resultados de suas ações.

Ao observar os dados referentes aos IBE, de uma maneira mais ampla e abrangente, a primeira informação que se destaca são os menores valores da função cultura em todos os anos coletados, quando comparada às demais funções. A função educação é a que apresenta os maiores IBE, não apresentando nenhum valor abaixo de 0,500 em nenhum município, no período analisado. Em seguida vem a função saúde com a ampla maioria de municípios apresentando valores altos no decorrer dos anos, ainda que menores, em média, do que os da educação e apresentando pouquíssimos valores abaixo de 0,500. Os IBE da função do Meio Ambiente e da função Político-Institucional apresentam uma significativa heterogeneidade em seus resultados individuais, variando de maneira não uniforme dentro de cada município e em cada ano observado.

Foi possível perceber que a função cultura apresentou as menores médias e os maiores desvios padrões, em todos os anos analisados, seguida pela função meio ambiente. Isso mostra uma certa dificuldade enfrentada pelos municípios de promoverem políticas ou serviços públicos realmente efetivos em tais áreas. No entanto, em termos de média, a função meio ambiente aumentou seu IBE de 0,574, em 2012, para 0,629, em 2018, demonstrando evidente melhora nos indicadores que compõem o índice, enquanto a função cultura manteve valores considerados baixos, menores que 0,465, durante todo o período considerado.

A função educação manteve seus valores médios altos de IBE, 0,755, em 2012, e 0,755 em 2018, com desvio padrão relativamente baixo, o que indica que essa função manteve bons resultados em termos de bem-estar. Esse caso é similar ao da função saúde, com desvio padrão baixo em todo o período, que em 2012 obteve 0,687 e em 2018, 0,680, apesar de ter manifestado valores médios um pouco maiores em 2014 e 2016, sendo 0,703 e 0,707, respectivamente, conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2

Média e desvio padrão dos Índices de Bem-Estar por ano

Função	Estatística	Ano			
		2012	2014	2016	2018
Educação	Média	0,775	0,739	0,754	0,755
	Desvio Padrão	0,061	0,072	0,078	0,076
Saúde	Média	0,687	0,703	0,707	0,680
	Desvio Padrão	0,064	0,066	0,069	0,067
Cultura	Média	0,407	0,409	0,464	0,449
	Desvio Padrão	0,161	0,168	0,182	0,174
Meio Ambiente	Média	0,574	0,609	0,629	0,629
	Desvio Padrão	0,130	0,131	0,117	0,117
Político-Institucional e Econômico	Média	0,600	0,640	0,688	0,672
	Desvio Padrão	0,073	0,091	0,070	0,063

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Os municípios considerados de porte grande, acima de 100.001 habitantes, não apresentaram nenhum IBE considerado baixo, menor que 0,500, nas funções educação, saúde, meio ambiente e político-institucional nos quatro períodos considerados (2012, 2014, 2016 e 2018). Em relação à função cultura, apenas o

município de Palhoça, em 2012, apresentou valor considerado baixo, sendo todos os demais municípios com resultados de IBE acima de 0,600 e majoritariamente entre os valores médios e médio altos. Nesse sentido, os maiores municípios do Estado de Santa Catarina obtiveram uma considerável posição de destaque positivo, embora ainda apresentem oportunidades de desenvolvimento de ações que aumentem os seus IBE de médio e médio alto para alto.

Os municípios com as menores populações, porte pequeno III, pequeno II e pequeno I, apresentaram resultados de IBE similares em todas as funções e em todos os períodos observados. Embora com população relativamente baixa, a função educação teve os maiores IBE, sendo a maioria médio alto, seguida pela função saúde, com predominância de valores médios, além de não apresentarem nenhum valor considerado baixo, em nenhum ano. Dentre esses municípios, é possível afirmar que os resultados de IBE se mantiveram predominantemente baixos e médio baixos na função meio ambiente. No entanto, na função político-institucional, houve notável aumento dos índices com o decorrer do tempo passando de maioria de médio baixo, em 2012, para médio e médio alto, em 2018. Já a função cultura foi a que resultou nos IBE mais baixos de todas as observações feitas.

As funções educação e saúde, por serem prioritárias e essenciais para o município, são aquelas que têm destinações de recursos financeiros mais expressivas, inclusive por determinação legal. Já a função cultura não é geralmente considerada prioritária pelos gestores, portanto, a alocação de recursos em tal função é bastante reduzida. Supõe-se, também, que há dificuldade em mensurar o retorno, ou resultado, das despesas realizadas na função cultura; logo, como os gestores municipais priorizam áreas com retornos mais facilmente perceptíveis pelos cidadãos, principalmente em períodos próximos das eleições (Carvalho & Oliveira, 2009; Klein, 2010; Cavalcante, 2017; Dias, Nossa & Monte-Mor, 2018).

Os resultados dos testes de Kruskal-Wallis também revelaram diferenças significativas entre as amostras. De maneira simplificada, no Teste de Kruskal-Wallis considera-se a hipótese nula, em cada caso, de que todas as amostras, aqui representadas pelos agrupamentos de portes populacionais e divididos por ano, possuem resultados similares. Dessa maneira, é possível afirmar que diante dos dados coletados, os agrupamentos populacionais apresentaram diferenças significativas nos IBE, em todos os anos, nas funções Saúde, Cultura e Meio Ambiente (p.valor 0,000). Tal resultado mostra que existe, pelo menos, um agrupamento que teve seus resultados de IBE com distribuição diferente dos demais nessas funções. Fato que não ocorre em todos os anos observados na função Educação, o que indica que não houve diferenças significativas entre os IBE observados entre os grupos de municípios com diferentes portes populacionais (p.valor = 0,453 em 2012, 0,602 em 2014, 0,598 em 2016, 0,704 em 2018). Já na função Político-Institucional e Econômica, os resultados mostram similaridade das distribuições entre os grupos apenas no ano de 2016 (p.valor = 0,101), enquanto nos outros três anos considerados, houve diferenças significativas entre os resultados, em pelo menos um dos agrupamentos considerados (p.valor <0,05).

Para identificar os agrupamentos que apresentaram diferenças, fez-se comparações por Método *Pairwise* de Grupo seguindo o proposto por Maxwell (1980). Percebeu-se diferenças significativas em diversas comparações. Isso indica que os portes populacionais, definidos pela quantidade de habitantes de

cada município, influenciam nos IBE das funções observadas em vários casos (p.valor<0,05).

É possível destacar a diferença significativa encontrada entre o porte pequeno I, o menor entre os grupos, e os portes pequeno III, médio I e II e grande, em todas os anos, nas funções saúde, cultura e meio ambiente. Há diferença também entre os municípios de porte pequeno I e pequeno II, porte imediatamente acima do seu, nos quatro períodos da saúde, em 2012 e 2014, na cultura, e em 2016 e 2018 na função político-institucional e econômico.

Os municípios do porte pequeno II, com população entre 5.001 e 10.000 habitantes, também apresentam diversos casos em que seus resultados divergiram dos demais grupos de municípios. Com relação a isso, pode-se citar as diferenças entre o porte pequeno II e os portes pequeno III, médio I, médio II e grande, em todos os anos das funções cultura e meio ambiente. Tais diferenças se mantêm também quando comparados os municípios de porte pequeno III, com população entre 10.001 e 20.000 habitantes, e os de porte médio I, médio II e grande.

Esses resultados mostram que diversos gastos poderiam ser reavaliados e, assim, melhor aplicados, pois sugerem uma dificuldade dos municípios com populações relativamente baixas de, pelo menos, igualarem seus indicadores observados com os dos municípios com populações maiores em tais funções supracitadas. A situação torna-se ainda mais inquietante, pois há diferenças significativas em vários casos quando as comparações são feitas entre os próprios portes de municípios pequeno I, II e III, o que não ocorre quando as comparações foram feitas entre os municípios de porte médio I, II e grande. Ainda assim, faz sentido ressaltar que essas diferenças não foram observadas na função educação, em nenhum dos anos e entre nenhum porte populacional, o que deve possivelmente às razões já apresentadas.

Nesse contexto, com relação a H_1 : *o Índice de Bem-Estar é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada*, rejeitou-se a hipótese de pesquisa unicamente na função educação, nos quais os resultados foram similares entre os grupos. Nas funções saúde, cultura e meio ambiente, aceitou-se a hipótese de pesquisa em todos os anos observados. A função político-institucional e econômica, mostrou resultados de IBE distintos entre os municípios nos anos 2012, 2014 e 2018, fazendo com que a hipótese de pesquisa fosse rejeitada parcialmente, pois os resultados não mostraram diferenças significativa entre os grupos no ano de 2016.

4.2 Despesas Realizadas e Índice de Insumo

Analisar as despesas *per capita* dos municípios e suas variações nos diferentes portes populacionais pode sugerir parâmetros de alocação de recursos comuns entre municípios com número de habitantes similares, ou ainda, demonstrar a influência do porte populacional no montante total de despesas necessárias para fornecer os serviços públicos municipais. Observou-se, a partir dos dados, que entre 2012 e 2018 houve aumento das médias das despesas *per capita* dos agrupamentos de municípios nas seguintes funções específicas: educação, com aumentos entre 50,2% e 64,6%; saúde, com aumentos entre 54,9% e 63,6%; e na função integrada entre legislativo e administrativo, com

umentos entre 33,9% e 59,3%. Todavia, na função integrada entre habitação, urbanismo, ambiental e sanitária, observou-se variações entre 1,4% e 18,7%, bem abaixo das supracitadas e na função cultura, mesmo com valores absolutos de despesa bem menores, ainda assim, houve variações entre -22,6% e 66,1. Os dados são apresentados por meio da Tabela 3.

Tabela 3Média, em reais, das despesas¹ *per capita*, por função dos municípios

Ano	Porte populacional	Função				
		Educação	Saúde	Cultura	Habitação, Urbanismo, Saneamento e Gestão Ambiental	Legislativo e administrativo
2012	Grande	604,67	607,99	25,00	531,09	320,70
	médio II	561,89	444,60	15,69	412,39	250,67
	médio I	601,12	445,72	23,37	414,20	304,29
	pequeno III	617,62	483,65	15,61	369,42	295,09
	pequeno II	654,49	515,52	24,63	260,92	334,57
	pequeno I	866,84	819,82	34,87	337,79	652,45
2014	Grande	703,34	747,49	24,72	429,80	426,20
	médio II	712,58	548,71	18,02	363,74	303,13
	médio I	711,61	558,05	24,91	369,49	345,96
	pequeno III	732,72	590,63	18,68	389,97	355,79
	pequeno II	765,26	598,76	24,55	289,33	415,51
	pequeno I	1036,85	989,33	43,93	348,40	801,94
2016	Grande	828,83	859,88	20,40	529,37	443,18
	médio II	800,74	636,96	18,16	404,36	343,26
	médio I	819,54	625,48	19,26	425,24	367,62
	pequeno III	829,96	651,09	19,92	416,82	384,20
	pequeno II	838,35	668,01	22,22	317,42	453,44
	pequeno I	1130,62	1113,75	32,78	441,22	897,26
2018	Grande	935,43	941,90	19,35	539,00	499,19
	médio II	925,05	712,73	23,63	451,41	438,26
	médio I	937,95	708,31	23,61	469,04	407,72
	pequeno III	971,55	766,67	25,93	407,60	455,18
	pequeno II	983,02	815,77	28,04	309,74	518,80
	pequeno I	1316,52	1341,26	53,05	374,40	1039,78

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Nota: valores absolutos sem correção da inflação no período.

Cabe destacar a disparidade do valor das médias de despesas *per capita* da função integrada entre legislativo e administrativo dos municípios classificados como pequeno I. Com um número de habitantes populacional muito baixo, faz sentido que o cálculo de despesas *per capita* resulte em valores maiores para municípios desse porte. Nesses municípios, na função específica que integra o legislativo e o administrativo, os valores são aproximadamente duas vezes maiores que os municípios classificados com um porte imediatamente acima do seu (pequeno II).

É importante ressaltar que nas demais funções os valores das despesas dos municípios pequeno I também são maiores que as demais, fato que pode ser explicado, ao menos em parte, ao porte populacional baixo desses municípios. Apesar disso, é notório que municípios com menor população têm um montante de recursos também menor para custear suas atividades, pois, de maneira geral,

boa parte de seus recursos são provenientes de transferências governamentais, principalmente pelo Fundo de Participação dos Municípios (Massardi & Abrantes, 2016).

Excetuando-se os municípios classificados como pequeno I, as médias de despesas *per capita* foram relativamente similares entre os demais grupos de municípios nos anos observados, mesmo com quantidade de habitantes expressivamente distintas, e pode ser um indicativo de que municípios com população abaixo de 5.000 habitantes despendam de valores comparativamente muito altos para conseguirem prover serviços de saúde e educação, além de manterem suas estruturas administrativas e legislativas. De certa maneira, tal resultado corrobora com o argumento de Libertun e Guerreiro (2017) de que, em termos financeiros, municípios com pouca densidade populacional enfrentam dificuldade para fornecer alguns serviços básicos, devido a, entre outras coisas, altos custos de implementação e manutenção das estruturas necessárias. O baixo valor médio da despesa *per capita* na função cultura em todos os grupos dos municípios, em todos os anos observados, é mais um ponto que merece destaque.

Com relação aos testes Kruskal-Wallis, os resultados agrupados por porte populacional possuem diferenças significativas em pelo menos um dos grupos, para todas as funções e períodos ($p.\text{valor} < 0,05$), exceto em dois períodos da função cultura, 2012 e 2016, nos quais não houve diferenças significativas. Tal resultado indica que, nos casos observados, os municípios de portes populacionais distintos alocaram seus recursos e despenderam valores por habitante de maneira também distinta, no decorrer do tempo.

De maneira sintética, utilizando o método *Pairwise* entre os dois grupos com as menores populações, pequeno II e pequeno I, os resultados foram significativamente diferentes em todas as observações das funções. Quando comparados os municípios dos grupos pequeno I e os pequeno III, houve diferenças em todos os casos, exceto na função meio ambiente. Entre os pequeno I e os maiores, médio I, médio II e grande, houve diferenças significativas nas funções de educação, saúde e político-institucional e econômica.

Como aconteceu com a análise do IBE, a os resultados dos testes relativos às despesas *per capita* também foi diferente quando um dos grupos comparados era do porte pequeno I. Tal resultado torna-se coerente ao associar os valores médios das despesas *per capita* de tais municípios. Um exemplo bastante nítido de tal diferença é o constante valor do teste estatístico, indicando diferenças significativas, entre os municípios de porte pequeno I e todos os demais na função político-institucional e econômica.

Considerando a comparação entre os municípios de porte médio I e II não houve diferenças. Os municípios de porte grande divergiram nas observações das despesas *per capita* dos municípios médio I e II apenas em saúde, mantendo-se com valores similares nas demais. As comparações entre os portes intermediários, médio I, médio II e pequeno III, não mostraram diferenças nas funções educação, saúde, cultura e político-institucional e econômica.

Assim, dados os resultados dos testes estatísticos, aceitou-se a hipótese proposta para esta pesquisa H_2 : *a despesa per capita é diferente entre os grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada, em praticamente todos os casos observados. Apenas em dois períodos da função*

cultura, 2012 e 2016, os resultados não mostraram diferenças significativas entre os grupos ($p.\text{valor} > 0,05$), fazendo com que a hipótese de pesquisa fosse rejeitada nesses casos. De acordo com os resultados obtidos nesta pesquisa, há uma sugestão de que os valores *per capita* das despesas observadas não são homogêneas considerando o conjunto de grupos de municípios por porte populacional. As divergências desses valores foram, de maneira geral, mais perceptíveis quando pelo menos um dos municípios comparado era de porte pequeno I, ou seja, com população de até 5.000 habitantes.

Os valores da despesa *per capita*, após parametrização via escore padronizado pela distribuição normal, foram transformados nos Índices de Insumo utilizados para mensurar o Índice de Qualidade de Gasto Público. Não surpreende que municípios com menor população tenham despesa *per capita* comparativamente mais elevada que os demais, todavia, pode ser interessante investigar, individual e coletivamente, se os municípios conseguem realizar essas despesas com qualidade, ao ponto de trazerem retornos de unidades de bem-estar proporcionais às unidades de gasto realizado, mensurados pelos Índices de Bem-Estar e Índices de Insumo, respectivamente.

4.3 Índice de Qualidade do Gasto Público

Considerando os resultados do teste de Kruskal-Wallis, a hipótese H_3 : *o Índice de Qualidade do Gasto Público é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função* foi rejeitada em quatro das cinco funções consideradas, ou seja, aceitou-se a similaridade dos resultados de IQGP obtidos entre os grupos de porte populacional em educação, saúde, meio ambiente e político-institucional e econômica. Todavia, na função cultura não foi rejeitada, pois em todos os anos observados a referida hipótese apresenta diferenças dos resultados de IQGP entre os grupos de porte populacional ($p.\text{valor} < 0,05$).

Na função educação o número de municípios com IQGP menor que 1,000 é bastante crítico. Foram 54 municípios, em 2012, 68, em 2014, 63, em 2016 e 66, em 2018. Dado que os resultados de IBE foram os maiores dentre as funções, esperava-se que os IQGP dessa função fossem mais elevados e com menos municípios abaixo da situação de equilíbrio. A distribuição dos IQGP inferiores a 1,000 entre os portes de municípios e entre os anos mostra que a qualidade do gasto em educação independe do porte, como observado em Diaz (2012).

A diferença dos maiores e menores valores de IQGP de cada agrupamento populacional é outro ponto que chama a atenção. Por exemplo, no caso dos municípios de porte grande, a diferença, no ano de 2014, entre São José (5,419) e Itajaí (0,761) é de mais de 7 vezes, e no caso do porte pequeno II, Monte Castelo (5,344) e Timbó Grande (0,632) é de mais de 8 vezes. Tais diferenças de IQGP surpreendem, tendo em vista que supostamente são municípios com montantes relativamente similares de recursos para despenderem.

Os resultados vão ao encontro das pesquisas que focaram suas análises em educação no sentido de que a qualidade ou a eficiência da aplicação dos recursos não depende apenas do montante total ou do quanto é gasto, pois existem diversos municípios com menores quantidades recursos e, ao mesmo tempo, com melhores resultados, como é o caso das publicações de Rosano-

Peña, Albuquerque e Marcio (2012), Diaz (2012), Nascimento *et al.* (2016), Lopo Martinez e Reis (2016), Lourenço *et al.* (2017), Firmino e Leite Filho (2019).

Em relação à função saúde, dos municípios efetivamente considerados nesta análise, 26,2% deles ficaram com IQGP abaixo de 1,000 em 2012, 23,9% em 2014, 26,7% em 2016 e 30,9% em 2018. O aumento de 71 municípios, no primeiro período, para 81, no último, representa um cenário pouco satisfatório, dada a importância dos serviços de saúde prestados pelos municípios. Outro resultado que merece realce com relação a saúde é a quantidade relativa dos municípios de porte grande com IQGP abaixo de 1,000. Dado os altos valores absolutos despendidos em saúde e a ampla parcela da população atendida pelos serviços de saúde, entende-se que essas quantidades observadas são proporcionalmente bastante elevadas.

Contudo, convém destacar que os serviços de saúde de municípios de grande porte geralmente são utilizados por diversos habitantes de outras localidades devido à melhor infraestrutura e qualidade no atendimento (Mazon, Mascarenhas & Dallabrida, 2015). A análise geral dos resultados na saúde desta pesquisa corroboram com os observados em Varela e Pacheco (2012) e Cabral *et al.* (2017) em termos do baixo número relativo de municípios com gastos eficientes e de que a limitação dos recursos dos municípios menores pode ser fator com forte influência na qualidade do gasto exercido por eles, mas não pode ser apontada como única causa dos valores encontrados.

A função cultura foi a que apresentou os menores valores de IBE e os menores valores de despesa *per capita*, considerando todos os municípios analisados. Obteve-se, de maneira similar, valores também relativamente baixos de IQGP. Com isso, apesar de parte significativa dos municípios com valores baixos de IQGP em cultura, os municípios que obtiveram os maiores valores merecem destaque ainda maior, pois conseguiram despende seus recursos com qualidade na função em que os valores foram, na maioria, baixos.

Pelo menos metade dos municípios considerados obteve IQGP abaixo de 1,000 nos períodos considerados. Os resultados mostram proporções elevadas de municípios com qualidade de gasto abaixo da situação de equilíbrio, com algumas quantidades relativas dos grupos passaram de 80% dos municípios do grupo e alcançaram a marca de 67,5% de todos os municípios analisados. Em números por período, foram 179 municípios em 2012 e 2014, 137, em 2016, e 154, em 2018. Por ser uma das funções com maior dificuldade de percepção de retorno do recurso investido, é bastante comum que os gestores prefiram priorizar gastos ou até mesmo considerar que os gastos nessa função e demais áreas sociais sejam desnecessários, como apontam Fernandes, Lebarcky e Fonseca (2011).

Com um mínimo de 85 e máximo de 109 municípios considerados com IQGP menor que 1,000, a função meio ambiente também revelou resultados que demandam preocupação. Com exceção do ano 2016, nos outros anos percebe-se resultados relativamente similares entre os grupos de portes populacionais, algo em torno de 35% dos municípios efetivamente considerados. Isso mostra, de certa maneira, existem municípios de todos os portes populacionais com dificuldade em despende seus recursos com qualidade nessa função.

As despesas realizadas na função meio ambiente não aumentaram de maneira significativa no decorrer do período considerado. Apesar de receberem

comparativamente mais recursos que antes, os municípios optaram por alocar esses recursos em áreas consideradas prioritárias e mesmo aquele montante que foi gasto nas funções relativas ao meio ambiente, não conseguiu, de maneira geral, obter um retorno equivalente ao recurso investido.

No período das observações, houve uma grande heterogeneidade de despesas realizadas nas funções habitação, urbanismo, saneamento e gestão ambiental, consideradas para a composição da função meio ambiente de parcela considerável dos municípios analisados. Tal variação dos gastos pode ser explicada pela falta de planejamento municipal de longo prazo e falta de preocupação com a ocupação e utilização dos espaços físicos dos municípios, assim como foi observado em Santos Filho, Dias Filho e Fernandes (2012).

Na função político-institucional e econômica observou-se um número considerável de municípios com IQGP abaixo da situação de equilíbrio. Percebe-se que pelo menos um em cada quatro municípios obtiveram IQGP menor que 1,000, o que torna esses resultados bastante preocupantes. O gasto realizado com qualidade nessa função pode ter impacto positivo em diversas outras áreas de maneira direta e indireta, pois esta é a função responsável por gerenciar e administrar o município. Não obstante, despender sem qualidade em função tão importante, além de causar um efeito significativamente negativo na administração geral do município, pode deixar de ser alocado em outra área prioritária, como a saúde ou educação.

Os municípios de porte pequeno I foram os que realizaram proporcionalmente mais despesas nesta função, no entanto ficaram com boa proporção de seus municípios com IQGP abaixo de 1,000. A média das despesas *per capita* quase duas vezes maior que os municípios de porte imediatamente acima do seu (porte pequeno II), sugere que boa parte, cerca de um terço, dos municípios de porte pequeno I tenham despendido quantitativos supérfluos na função político-institucional e econômica, haja visto seus resultados de IQGP abaixo de 1,000.

Ressalta-se as considerações em torno dos municípios menores, pois são os que mais dependem de transferências intergovernamentais para manterem suas estruturas e serviços (Massardi & Abrantes, 2016; Rodrigues *et al.*, 2019) pois tem pouca capacidade de geração de renda própria devido ao baixo porte populacional (Lira, Monteiro & Fadul, 2013). Logo, esperava-se que, dentre todos os municípios, esses fossem os que os empregassem os recursos com maior qualidade e parcimônia, evitando ao máximo o desperdício e gastos ineficientes, principalmente na tão importante função político-institucional e econômica. A Tabela 4 apresenta a síntese dos resultados das hipóteses.

Tabela 4

Síntese dos resultados das hipóteses consideradas na pesquisa

Função	Ano	H1	H2	H3
		Sig	Sig.	Sig.
Educação	2012	0,453	0,000	0,742
	2014	0,602	0,000	0,991
	2016	0,598	0,000	0,991
	2018	0,704	0,000	0,999
Saúde	2012	0,000	0,000	0,798
	2014	0,000	0,000	0,903
	2016	0,000	0,000	0,942
	2018	0,000	0,000	0,997
Cultura	2012	0,000	0,132	0,000
	2014	0,000	0,033	0,000
	2016	0,000	0,231	0,000
	2018	0,000	0,001	0,000
Meio ambiente	2012	0,000	0,000	0,200
	2014	0,000	0,029	0,383
	2016	0,000	0,006	0,383
	2018	0,000	0,001	0,323
Político-institucional e econômico	2012	0,000	0,000	0,981
	2014	0,000	0,000	0,977
	2016	0,101	0,000	0,879
	2018	0,000	0,000	0,934
Respostas obtidas		Não rejeitada	Rejeitada somente na função cultura	Não rejeitada apenas na função cultura

Fonte: dados da pesquisa (2020).

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade do gasto público nos municípios de Santa Catarina. Tal análise baseou-se no Índice de Qualidade do Gasto Público proposto por Brunet, Bertê e Borges (2007) e mensurou a qualidade do gasto pela relação entre outros dois índices: o Índice de Bem-Estar, que busca retratar, de maneira geral, a prestação de serviços públicos oferecidos pelos municípios; e o Índice de Insumo, que é a padronização, entre os grupos de porte populacional de municípios, das despesas realizadas por função de governo.

No tocante aos Índices de Bem-Estar, de maneira geral, os maiores índices obtidos foram em educação e saúde, e os menores, em cultura. A análise dos Índices de Bem-Estar mostrou diferenças significativas entre os grupos de municípios nas funções saúde, cultura, meio ambiente, para todos os quatro períodos examinados, e político-institucional e econômica em 2012, 2014 e 2018. Com relação a esses índices, apenas na função educação não houve diferenças entre os grupos de municípios. Portanto, não rejeitou-se a hipótese da pesquisa *H₁: o Índice de Bem-Estar é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada*, nas funções saúde, cultura, meio ambiente e político institucional e econômica, e rejeitou-se na função educação.

Em relação às despesas *per capita* ficou evidente o desproporcional valor médio de despesa realizada nas funções de governo administração e legislativa

pelos municípios pequeno I, que foi quase duas vezes maior que os municípios de porte imediatamente acima do seu. Foram apontada diferenças significativas das despesas *per capita* entre os grupos de municípios nas funções educação, saúde, meio ambiente e político-institucional e econômica. Em se tratando da hipótese H_2 : *a despesa per capita é diferente entre os grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função considerada*, a mesma só foi rejeitada na função cultura em 2012 e 2016, sendo os dois únicos casos nos quais os resultados mostraram-se similares entre os grupos de municípios. Tal resultado pode indicar a influência do porte populacional na prioridade de alocação de recursos dos municípios.

Quando as despesas *per capita* foram parametrizadas, de acordo com a variação média obtida considerando o grupo dos municípios, e transformadas nos Índices de Insumo, muitas vezes resultaram em valores comparativamente baixos. Esse fato impulsionou de maneira desproporcional os Índices de Qualidade do Gasto Público relativos a esses Índices de Insumo baixos, resultando em diversos *outliers* que foram desconsiderados em análises específicas.

A determinação dos Índices de Insumo, elaborado a partir das despesas realizadas por função de governo, tornou mais simples a comparação entre os gastos realizados pelos municípios de portes populacionais semelhantes. Julga-se que as diferenças observadas podem ser examinadas individualmente com maior atenção nas etapas dos planejamentos orçamentários dos municípios, especialmente os de porte populacional pequeno, com a finalidade de adequar a alocação de recursos e evitar o desperdício dos recursos públicos.

O Índice de Qualidade do Gasto Público revelou grandes disparidades de qualidade do gasto entre os municípios, inclusive dentro do mesmo agrupamento por porte populacional. Os valores diferentes obtidos por municípios dentro do mesmo porte sugerem que a qualidade ou eficiência, em termos de resultado, do gasto não depende apenas do montante total de gasto realizado em concordância com pesquisas anteriores (Diaz, 2012; Cavalcante & Lariu, 2012; Queiroz *et al.*, 2013; Politelo, Rigo & Hein, 2014; Mazon, Mascarenhas & Dallabrida, 2015; Santos, Freitas & Flach, 2015; Rodrigues, 2015; Silva *et al.*, 2017).

Apesar de haver diferenças entre os Índices de Bem-Estar e nos Índices de Insumo quando individualizados, na relação entre os dois índices os resultados mostraram-se similares entre os grupos de municípios, independente do porte populacional. Assim, no tocante à hipótese H_3 : *o Índice de Qualidade Do Gasto Público é diferente entre grupos de municípios de portes populacionais distintos, em cada função*, ela não foi rejeitada apenas na função cultura, rejeitando-a nas funções educação, saúde, meio ambiente e político-institucional e econômica.

Dessa forma, entende-se que a pesquisa atingiu o objetivo principal de identificar a qualidade do gasto público nos municípios de Santa Catarina. Não obstante, faz sentido pensar que a qualidade do gasto, nesta pesquisa, foi considerada como uma relação entre outros dois índices, mensurados e analisados considerando aspectos quantitativos, e sob a perspectiva de um modelo de análise que traz, de certa forma, uma simplificação da realidade. É importante ressaltar que a metodologia do Índice de Qualidade de Gasto Público (Brunet, Bertê & Borges, 2007) aqui utilizada busca simplificar a complexidade envolvida na definição dos resultados obtidos pelos gastos públicos (Afonso,

Schuknecht & Tanzi, 2006; Busatto, 2011), para que seja possível, de maneira mais simples, a comparação da qualidade do gasto entre unidades de análise relativamente semelhantes, como no caso desta pesquisa, os municípios catarinenses.

Como sugestão de pesquisas futuras, estudos de caso são recomendados para identificar fatores que possam influenciar na qualidade do gasto público nos municípios. Alguns aspectos não abordados por esta pesquisa, como a composição dos gastos, a análise de outros gastos realizados nos municípios, como aqueles efetuados de maneira cooperativa ou conveniada pelos Estados ou União, podem trazer outros achados, tanto para o campo teórico, quanto gerencial e social. Sugere-se, ainda, a utilização de outros métodos de pesquisa, como os qualitativos ou mistos, a fim de complementar, aprofundar e expandir o campo teórico e empírico em torno das discussões sobre qualidade do gasto público.

REFERÊNCIAS

- Afonso, A., Schuknecht, L., & Tanzi, V. (2006). Public sector efficiency: evidence for new EU members states and emerging markets. *European Central Bank Working Paper Series*, n. 581.
- Afonso, A., Ebert, W., Schuknecht, L., & Thöne, M. (2005). Quality of public finances and growth. *European Central Bank Working Paper*, n. 438.
- Afonso, J. R. R., & Senra, N. C. (1994). Despesa pública: competências, serviços locais, descentralização: o papel dos municípios. *Texto para discussão n. 23*.
- Araújo, C. E. L., Gonçalves, G. Q., & Machado, J. A. (2017). Os municípios brasileiros e os gastos próprios com saúde: algumas associações. *Revista Saúde Coletiva*, 22(3).
- Araujo, J. M., & Siqueira, R. B. (2016). Demanda por gastos públicos locais: evidências dos efeitos de ilusão fiscal no Brasil. *Estudos Econômicos*, 46, 189-219.
- Avelino, B. C., Bressan, V. G. F., & Cunha, J. V. A. da. (2013). Estudo sobre os fatores contábeis que influenciam o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) nas capitais brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 7(3), 274-290.
- Ázara, L. N. de, Pessanha, G. R. G., & Barbosa Neto, J. E. (2017). Eficiência dos municípios com relação aos gastos públicos em educação e cultura na microrregião de Varginha/MG. *Revista Capital Científico – Eletrônica*, 15(4), 90-110.
- Bezerra, D. S. S., Libonati, J. J., Macedo, M. R. G. de O., Ribeiro, M. V. J. de B., & Ribeiro, M. T. J. de B. (2018). Análise da relação entre receitas e despesas públicas e o desenvolvimento educacional dos municípios brasileiros baseada no índice FIRJAN. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 89-106.

- Bezerra, V. V. De N., & Carvalho, J. R. M. de. (2018). Avaliação de desempenho por funções de governo através do método *PROMETHEE II* evaluation. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 16, 40-65.
- Bogoni, N. M.; Hein, N.; Beuren, I. M. (2011). Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da Região Sul do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 45(1), 159–179.
- Borinelli, B., Amâncio-Vieira, S. F., Negreiros, L. F. de, Pereira, R. S., & Pereira, R. S. R. R. G. (2014). Relação entre custos desempenho e variáveis educacionais do ensino fundamental um estudo de caso em Ibiporã-PR. *Revista do Serviço Público*, 65(3), 335-354.
- Brunet, J. F. G., Berte, A. M. de A., & Borges, C. B. (2007). Estudo comparativo das despesas públicas dos estados brasileiros: um Índice de Qualidade do Gasto Público. *XII Prêmio do Tesouro Nacional*, 1-49.
- Brunet, J. F. G., Berte, A. M. de A., & Borges, C. B. (2008). Qualidade do gasto público em educação nas redes públicas estaduais e municipais. *XIII Prêmio do Tesouro Nacional*, p. 1-34.
- Busatto, L. M. (2011). The quality of public expenditure and its influence on economic growth: evidences from the State of Rio Grande do Sul (RS). *IBI – The Institute of Brazilian Issues*. The George Washington University: Washington, DC, 1-44.
- Cabral, K. F. D., Batista, R. S., Ferreira, M. A. M., & Cerqueira, F. R. (2016). Análise da eficiência na atenção primária à saúde sob a ótica dos profissionais da área. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde*, 5(2), 71-83.
- Cândido Junior, J. O. (2001). Os gastos públicos no Brasil são produtivos? *Texto para Discussão*, 781. Brasília, DF: Ipea.
- Carvalho, A. de F. A., & Oliveira, V. de K. (2009). A contabilidade governamental e a teoria dos *ciclos* políticos: uma análise empírica fiscal e contábil sobre os municípios do estado do Rio de Janeiro – 1998 / 2006. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(1), 46-64.
- Cavalcante, P. L. C. (2017). Elections and local government performance in Brazil. *Organizações & Sociedade*, 24(83), 580-599.
- Cavalcante, P., & Lariu, C. (2012). Orçamento e desempenho municipal: uma análise comparada da qualidade do gasto público nas políticas sociais. *Revista do Serviço Público*, 63(3), 343-361.
- Coelho, V. S. (2018). Reducing health inequalities in Brazil's universal health-care system: accountability politics in São Paulo. *IDS Bulletin*, 49(2), 109-128.
- Correio, J. S. B., & Correio, F. M. de A. (2019). Gastos públicos e potencial da

- qualidade da educação em Minas Gerais: uma análise de 2006 a 2010. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(3), 1-21.
- Costa, C. C. de M. *et al.* (2012). Disparidades Inter-Regionais e Características dos Municípios do Estado de Minas Gerais. *Desenvolvimento em Questão*, 10(20), 52-88.
- Couto, M. H. A., Yoshitake, M., Fraga, M. S., & Tinoco, J. E. P. (2017). Sistema de Informação de Custos: Uma Experiência de Implantação na Secretaria de Educação do Município de Itaguari/GO. *Revista de Tecnologia Aplicada*, 6(1), 16-33.
- Crozatti, J. (2013). Gasto médio por aluno, por professor e por escola e o IDEB no ensino fundamental das escolas municipais brasileiras: evolução e correlação de 1999 a 2009. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(3), 91-109.
- Cruz, M. do C. M. T., Araújo, F. F., Leite, C. C., Montoro, F. (2019). Capacidade financeira dos municípios paulistas em atender às metas de educação infantil do Plano Nacional de Educação. *Revista do Serviço Público*, 70(1), 59-82.
- Dal Magro, C. B., & Silva, T. P. da. (2016). Desempenho dos gastos públicos em educação e a Lei de Responsabilidade Fiscal das capitais brasileiras. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 19(3), 504-528.
- Degenhart, L., Vogt, M., & Zonatto, V. C. da S. (2016). Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil. *Revista de Gestão*, 23(3), 233-245.
- Dias, B. P., Nossa, V., & Monte-Mor, D. S. (2018). O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. *Revista de Administração Pública*, 52(5), 880-898.
- Diaz, M. D. M. (2012). Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil. *Revista de Economia Política*, 32(1), 128-141.
- Diniz, J. A., Macedo, M. A. da S., & Corrar, L. J. (2012). Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. *Gestão & Regionalidade*, 28(83), 5-20.
- Espirito Santo, A. C. do, Fernando, V. C. N., & Bezerra, A. F. B. (2012). Municipal public health spending in the state of Pernambuco, Brazil, from 2000 to 2007. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(4), 861-871.
- Federação Catarinense de Municípios (Fecam). (2018). *Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – IDMS: Metodologia de Cálculo – Cidade em dados*. Ano base: 2018. Recuperado de https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/1261308_Metodologia_2018.pdf
- Fernandes, A. R., Lebarcky, F. da V., & Fonseca, J. A. (2011). Investir em áreas

sociais é sinônimo de desenvolvimento local? Um estudo em um município de pequeno porte no Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 3(4), 484-503.

Fernandes, I. F. de A. L., & Fernandes, G. A. de A. L. (2017). The importance of local economic growth on the elections of Brazilian chief executives of governments. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 653-688.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: IFDM 2018*. Ano base 2016. Rio de Janeiro, 2018. Recuperado de https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf.

Firmino, G. R., & Leite Filho, M. P. A. (2019). Eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(1), 28-49.

Gemmel, N.; Kneller, R., & Sanz; I. (2009). The composition of government expenditure and economic growth: some evidence from OECD countries. In Barrios, S.; Pench, L.; Schaechter, A. (Org.). *The quality of public finances and economic growth: Proceedings to the Workshop on public finances* (pp. 17-45). Occasional Papers 45: European Commission – Economic and Financial Affairs.

Gomes, R. C., Alfinito, S., & Albuquerque, P. H. M. (2013). Analyzing local government financial performance: evidence from Brazilian municipalities 2005-2008. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(6), 704-719.

Grin, E. J., Nascimento A. B. do, Abrucio, F. L., & Fernandes, A. S. (2018). Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 23(76), 312-336.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge). (2018). *Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2018*. Recuperado de ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2018/estimativa_dou_2018_20181019.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação João Pinheiro (Fjp), & Programa Nações Unidas Para Desenvolvimento (Pnud). (2013). *Atlas de desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília.

Kerbauy, M. T. (2001). Federalismo, descentralização e democracia. *Estudos de Sociologia*, 2(10), 51-61.

Klein, F. A. (2010). Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. *Revista de Administração Pública*, 44(2), 283-337.

Leite, V. R., Lima, K. C., & Vasconcelos, C. M. de. (2012). Financiamento, gasto

público e gestão dos recursos em saúde: o cenário de um estado brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(7), 1849-1856.

Libertun, N., & Guerrero, R. (2017). How much does densification cost? The relationship between density and the cost of providing basic urban services in Brazil, Chile, Ecuador and Mexico. *Eure*, 43(130), 235-267.

Lima, M. S., & Santos, A. M. L. dos. (2009). Avaliação de desempenho da gestão pública baseada nos indicadores econômico-financeiros: um estudo de casos múltiplos em entidades federais indiretas do município de Manaus. *Gestão e Sociedade*, 3(5), 140-166.

Lira, N. K. M., Monteiro, A. de O., & Fadul, É. M. C. (2013). A distribuição de receitas públicas nos municípios do Estado da Bahia: uma análise crítica de sua equidade. *Organizações & Sociedade*, 20(66), 423-438.

Lopo Martinez, A., & Reis, S. D. S. (2016). Impacto dos royalties do petróleo no índice de educação básica: análise do caso dos municípios capixabas. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 15(2), 505-530.

Lourenço, R. L., Angotti, M., Nascimento, J. C. H. B., & Sauerbronn, F. F. (2017). Eficiência do Gasto Público com Ensino Fundamental: Uma Análise dos 250 Maiores Municípios Brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 28(1), 89-116.

Macedo, M. A. da S., Cruz, C. F. da, & Ferreira, A. C. de S. (2011). Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em DEA para os municípios do estado do Rio de Janeiro. *Gestão & Regionalidade*, 27(81), 19-31.

Macedo, M. A. da S., Ferreira, A. F. R., & Cípola, F. C. (2011). Análise do nível de sustentabilidade dos municípios do estado do Rio de Janeiro: um estudo sob as perspectivas econômica, social e ambiental. *Administração Pública e Gestão Social*, 3(4), 253-272.

Machado, J. A., & Guim, A. L. dos Santos. (2017). Descentralização e igualdade no acesso aos serviços de saúde. *Revista do Serviço Público*, 68(1), 37-65.

Marengo, S. T., & Diehl, C. A. (2011). A possibilidade do controle social mediante o acesso a informações em sites dos municípios gaúchos. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 14(3), 120-133.

Mariani, K. L., Hein, C. S., Braum, I. M. dos S., & Hein, A. F. (2014). Análise comparativa dos indicadores de desempenho dos municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon no período de 2009 a 2012. *Revista Capital Científico*, 12(3), 15-31.

Marques Junior, L. dos S., Oliveira, C. A. de, & Jacinto, P. de A. (2006). O papel da política fiscal local no crescimento econômico de cidades: uma evidência empírica para o Brasil. In *Anais do 34o Encontro Nacional de Economia*, Salvador, BA.

- Massardi, W. D. O., & Abrantes, L. A. (2016). Dependência dos municípios mineiros em relação ao fundo de participação dos municípios. *Gestão e Sociedade*, 10(27), 1397-1416.
- Mattiazzi, A. L., Battisti, I. D. E., Rotta, E., & Ristow, L. (2017). Investimentos públicos em saúde no município de Santa Rosa: um panorama dos anos de 1991, 2000 e 2010. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS*, 6(3), 219-228.
- Mattos, E., Rocha, F., & Aarvate, P. (2011). Flypaper effect revisited: Evidence for tax collection efficiency in brazilian municipalities. *Estudos Econômicos*, 41(2), 239-267.
- Mattos, E., & Terra, R. (2015). Qualidade do gasto público. In Boueri, R.; Rocha, F.; Rodopoulos, F. (Org.). *Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência* (pp. 211-233). Secretaria do Tesouro Nacional.
- Mauss, C., Diehl, C. A., & Bleil, C. (2015). A gestão de custos como instrumento da eficiência pública no Brasil e em outros países. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, 6(3), 595-609.
- Maxwell, S. E. (1980). Pairwise multiple comparisons in repeated-measures designs. *Journal of Educational Statistics*, 5(3), 269-287.
- Mazon, L. M., Mascarenhas, L. P. G., & Dallabrida, V. R. (2015). Efficiency of public expenditure on health: challenge for cities of Santa Catarina, Brazil. *Saúde e Sociedade*, 24(1), 23-33.
- Mazon, L. M., Freitas, S. F. T. de, & Colussi, C. F. (2021). Financiamento e gestão: a eficiência técnica dos municípios catarinenses de pequeno porte nos gastos públicos com saúde. *Revista Saúde Coletiva*, 26(4).
- Medeiros, F. S. B., Chieza, R. A., Lopes, T. de A. M., Weise, A. D. (2013). Comportamento dos gastos em educação em Santa Maria – RS (2007-2011). *Estratégia & Negócios*, 6(2), 128-156.
- Meirelles, H. L. (2002). *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Saraiva.
- Nascimento, S., Machado, D. G., & Scarpin, J. E. (2016). Indicadores de desenvolvimento social: impactos na taxa de analfabetismo nos municípios de Santa Catarina. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21(70), 244-265.
- Paiva, L. H. (2006). A qualidade do gasto público e a avaliação das políticas sociais: o orçamento do Ministério do Trabalho no período 2000-20006. *Revista do Serviço Público*, 57(3), 339-362.
- Paternostro, S., Rajaram, A., & Tiongson, E. R. (2007). How does the composition of public spending matter? *Oxford Development Studies*, 35(1).
- Pereira, R. S., Vieira, S. F. A., & Madkur, F. N. (2018). A eficiência na alocação dos recursos de escolas municipais de São José Dos Pinhais / PR: um estudo a partir

- da análise envoltória de dados (DEA). *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 7(3), 159-177.
- Politelo, L., Rigo, V. P., & Hein, N. (2014). Aplicação de recursos no atendimento do sistema único de saúde nas cidades de Santa Catarina. *Revista de Gestão em Sistemas de Saúde – RGSS*, 3(2), 45-60.
- Queiroz, D. B. de, Correa, R. P. de B., Damascena, L. G., Chagas, M. J. R., & Alves, K. R. C. P. (2011). A Influência dos Gastos do FUNDEB sobre o Índice de Pessoal e Encargos Sociais determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal: um estudo de caso no município de Barra de Santa Rosa/PB. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(3), 51-66.
- Queiroz, M. D. F. M. de, Silva, J. L. M. da, Souza F., J. de, & Vale, F. F. R. do. (2013). Eficiência no gasto público com saúde: uma análise nos municípios do Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, 44(3), 761-776.
- Rezende, F. da C., & Afonso, J. R. R. (1988). O descontrole do endividamento de estados e municípios – análise crítica das normas vigentes e propostas de reforma. *Textos para discussão n. 132*. Brasília, DF: Ipea.
- Ribeiro, M. B. (2008). Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa do Brasil em relação a um conjunto de países da América Latina. *XIII Prêmio Tesouro Nacional*. Brasília: Esaf.
- Rodrigues, A. F. O., Schenitzler, E. L., Sallum, S. B., & Raupp, F. M. (2019). Fragmentação de municípios catarinenses e desempenho econômico-financeiro. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 13(3), 126-142.
- Rodrigues, P. E. L. (2015). *Eficiência técnica dos sistemas educacionais municipais do Estado de Minas Gerais*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Rosano-Peña, C., Albuquerque, P. H. M., & Marcio, C. J. (2012). A eficiência dos gastos públicos em educação: Evidências georreferenciadas nos municípios goianos. *Economia Aplicada*, 16(3), 421-443.
- Santos Filho, M. R. dos, Dias Filho, J. M., & Fernandes, G. B. (2012). Avaliação da capacidade de predição do índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDH-M) a partir das demonstrações contábeis e legais. *Revista Ciências Administrativas*, 18(1), 83-109.
- Santos, R. R. dos, & Rover, S. (2019). Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 732-752.
- Santos, R. R. dos, Freitas, M. M de, & Flach, L. (2015). Análise Envoltória de Dados como ferramenta de avaliação da eficiência dos gastos públicos com educação dos municípios de Santa Catarina. In *Anais do 22o Congresso*

Brasileiro de Custos, Foz do Iguaçu, PR.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2008). *Perfil e evolução das finanças públicas 1998-2007*. Recuperado de <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes>

Secretaria do Tesouro Nacional. (2018). *Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2018*. Recuperado de <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-de-financas-dos-entes-subnacionais/2018/114>

Scatena, J. H. G., Viana, A. L. D., & Tanaka, O. Y. (2009). Sustentabilidade financeira e econômica do gasto público em saúde no nível municipal: reflexões a partir de dados de municípios mato-grossenses. *Cadernos de Saúde Pública*, 25, 2433-2445.

Silva, A. R. P. e, Silva, M. C. de, Souza, F. J. V. de, Silva, J. D. G. de. (2015). Gastos públicos na melhoria da qualidade de vida: avaliação de funções de governo dos 40 municípios melhores classificados no IDHM. In *Anais do 15º Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP.

Silva, J. C., Hall, R. J., Kaveski, I. D. S., & Hein, N. (2017). Análise do impacto dos repasses estaduais e federais no desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina. *Revista de Administração UFSM*, 10(4), 688-704.

Silva, M. C. da, Souza, F. J. V. de, Borges, E. F., Araujo, A. O., Silva, J. D. G. da. (2015). Avaliação da função educação nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte: mudança ou inércia social? *ConTexto (Porto Alegre)*, 15(29), 17-29.

Silva, M. C. da, Nascimento, J. C. H. B. do, Silva, J. D., Siqueira, J. R. M. de. (2019). Determinantes da transparência municipal: uma análise empírica com municípios brasileiros. *GCG: Revista de Globalización, Competitividad & Gobernabilidad*, 13(2), 87-100.

Silva, M. C. da, Souza, F., Tavares, A., Silva, J. D. (2018). Index of opportunities of the Brazilian education: explicative variables of performance of the students of the state capital cities and of the brazilian federal states. *Revista Científica Hermes*, 20, 20-42.

Silva, J. D. G. da, & Borges, E. F. (2015). Avaliação da execução orçamentária por funções de governo em municípios com a utilização de índices de desempenho. *Revista Mineira de Contabilidade*, 1, 5-17.

Singh, K. (2007). *Quantitative social research methods*. Sage publications India.

Soares, J. R., & Raupp, F. M. (2020). Gastos públicos municipais brasileiros: uma revisão sistemática. *Cademo de Administração*, 27(2), 98-110.

Soares, J. R., & Raupp, F. M., & Tezza, R. (2019). Análise do índice de qualidade do

- gasto público nos municípios de Santa Catarina. *Revista FSA*, 16(4), 110-137.
- Soares, R. F., Ademir, C., Freire, F. de S., & Scarpin, J. E. (2016). Centralidade municipal e interação estratégica na decisão de gastos públicos em saúde. *Revista de Administração Pública*, 50(4), 563-586.
- Souza, F. J. V. de, Andrade, A. P. F. de, & Silva, M. C. da. (2016). Eficiência na alocação de recursos públicos destinados ao ensino fundamental: um estudo da sua relação com a condição financeira de municípios brasileiros. *ConTexto*, 15(31), 81-99.
- Souza, M. A. de, Marengo, S. T., & Almeida, L. B. de. (2014). Análise do desempenho socioeconômico de municípios gaúchos emancipados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 8(3), 232-250.
- Tribunal de Contas de Santa Catarina (Tce/Sc). (2018). *Índice de efetividade da gestão municipal – Manual 2018*. Santa Catarina, 2018. Recuperado de <http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/MANUAL%20IEGM%20TCE-SC%202018.pdf>
- Varela, P. S., & Pacheco, R. S. V. M. (2012). Federalismo e gastos em saúde: competição e *cooperação* nos municípios da região metropolitana de São Paulo. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23, 116-127.
- Volpe, G. C. M. (2013). The education funding for youth and adult education in *municipalities* of minas gerais state from 1996 to 2006: Until when only crumbs? *Revista Brasileira de Educação*, 18(54), 693-797.
- Zucatto, L. C., Sartor, U. M., Beber, S., & Weber, R. (2009). Proposição de indicadores de *desempenho* na gestão pública. *ConTexto*, 9(16), 1-24.
- Zuccolotto, R., Abrantes, L. A., & Ribeiro, C. P. de P. (2009). O comportamento das finanças *públicas* municipais nas capitais dos estados brasileiros. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 28(1), 54-69.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Contribuição	Jean Robert Soares	Fabiano Maury Raupp	Rafael Tezza
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	✓	✓	
2. Definição do problema de pesquisa	✓	✓	
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	✓	✓	
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	✓	✓	✓
5. Coleta de dados	✓		
6. Análises e interpretações dos dados coletados	✓	✓	✓
7. Conclusões da pesquisa	✓	✓	
8. Revisão crítica do manuscrito	✓	✓	
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	✓	✓	
10. Orientação	✓	✓	